

Caminhos da sobrevivência: como um romance desconhecido se tornou uma referência para a identidade intelectual amazônica

Pathways for survival: how an unknown novel became a reference for the intellectual Amazonian identity

Márcia ABREU*

RESUMO: O texto analisa os caminhos que levaram um romance desconhecido (*Simá – romance histórico do Alto Amazonas*) a ocupar um papel relevante nos estudos de literatura amazônica e na identidade intelectual da região. Apresenta-se a narrativa e as condições de sua primeira circulação em 1857; descreve-se a situação em que se deu seu ressurgimento no campo das letras a partir da década de 1970; e tecem-se considerações sobre concepções de história literária nacional e regional, a fim de compreender o papel do livro na cultura erudita amazônica.

PALAVRAS-CHAVES: Historiografia literária. Nacionalismo. Regionalismo. Amazônia. Romance.

ABSTRACT: The article analyses the pathways that led an unknown novel (*Simá – romance histórico do Alto Amazonas*) to play an important role in Amazonian literature studies and in the intellectual identity of the region. It presents the narrative and the context in which it was first circulated in 1857; it describes the conditions of its rebirth in academia from the 1970s; and it takes into consideration ideas of national and regional literary history to try to understand the role that the book plays in Amazonian intellectual identity.

KEY-WORDS: Literary historiography. Nationalism. Regionalism. Amazonia. Novel.

Certamente, poucos de meus leitores terão ouvido falar do livro *Simá – romance histórico do Alto Amazonas*. Menos ainda o terão lido. Este desconhecimento do livro que é tido como o “primeiro romance amazônico” foi entendido por alguns como uma forma de “silenciamento” produzido pela historiografia literária que o teria apagado da história da literatura brasileira. Serve de exemplo deste sentimento a afirmação de Amilton Queiroz e Simone Lima, em texto que tem o significativo título “*Simá: o (não) lugar da ficção amazônica na historiografia do romance brasileiro*”. Eles afirmam:

*Doutora em Teoria Literária. Professora do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp - Campinas - São Paulo. Bolsista CNPq. Trabalho desenvolvido com apoio da FAPESP

O texto amazônida não aparece referido nos compêndios de Literatura Brasileira. A hipótese levantada é que houve o silenciamento/apagamento da memória literária quanto à existência desse imaginário que se revela através de uma ficção que encena, dentre outros aspectos, a cultura indígena como símbolo de brasilidade e mostra um autor como pertencente aos círculos da intelectualidade de sua época.(QUEIROZ e LIMA, 2008)

Efetivamente, as mais conhecidas histórias literárias brasileiras, como a de Antonio Cândido (*Formação da Literatura Brasileira*), a de Alfredo Bosi (*História Concisa da Literatura Brasileira*), ou a de Nelson Werneck Sodré (*História da Literatura Brasileira*), não fazem nenhuma referência a este romance, escrito por Lourenço da Silva Araújo Amazonas e publicado em 1857.

Embora não haja qualquer referência ao autor ou ao livro na historiografia literária tradicional, a obra recebeu duas novas edições no século XXI, uma em 2003 e outra em 2011. Se isso não chega a constituir um sucesso de vendas, chama a atenção o fato de um livro passar 146 anos sem ser editado e, em seguida, receber duas edições em 8 anos. É este pequeno mistério que este texto tentará examinar: quais foram os caminhos que levaram uma obra desconhecida e praticamente desaparecida a voltar a circular e, mais do que isso, a ocupar um papel relevante tanto nos estudos de literatura amazônica quanto na identidade intelectual da região. Para desvendar este pequeno mistério, o texto está dividido em três partes: na primeira, há uma apresentação do romance e das condições de sua primeira circulação em 1857; em seguida, descreve-se a situação em que se deu seu ressurgimento no campo das letras a partir da década de 1970; e, finalmente, tecem-se considerações sobre concepções de história literária (nacional e regional), a fim de tentar entender o papel que Simá desempenha na identidade intelectual amazônica.

1 Simá no século XIX

Assim como se sabe pouco sobre o romance *Simá*, poucas são as informações sobre seu autor, Lourenço da Silva Araújo Amazonas. Os escassos registros bibliográficos

disponíveis informam que ele nasceu na Bahia, em 1803, e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1815 para estudar na Academia da Marinha. Como militar, participou da Guerra do Prata, que opôs o Brasil e Uruguai à Argentina entre 1851 e 1852. Em sua bem sucedida carreira, chegou ao posto de capitão e recebeu três importantes honrarias (o hábito de S. Bento de Avis e as comendas da Imperial Ordem da Rosa, e da Ordem de Cristo por Portugal). Produziu três obras: *Diccionario topographico, histórico, e descriptivo da comarca do Alto Amazonas* (1852), *Memória sobre uma marinheira de guerra para guarnição da armada imperial* (série de três artigos publicados no *Jornal do Commercio* em fevereiro de 1854) e *Simá, romance histórico do Alto Amazonas* (1857). Estes trabalhos o credenciaram a se tornar membro do Instituto Histórico e Geográfico, instalado no Rio de Janeiro. (MACEDO, 1876)¹.

Seus dois livros foram publicados no Recife: o dicionário pela Typographia Commercial de Meira Henriques e o romance pela Tipografia de F. C. Lemos e Silva. O fato de os livros serem publicados por tipografias e não por editores (ou livreiros-editores, como era comum à época) sugere que ele próprio tenha custeado a impressão. Como meras tipografias, estes estabelecimentos não mereceram a atenção de pesquisadores, de modo que pouco ou nada se sabe sobre elas. Entretanto, pelo tipo de publicação saída de seus prelos, é possível supor que a tipografia de Meira Henrique fosse um estabelecimento de relativo porte, tendo em vista sua capacidade de publicar o dicionário de Araújo Amazonas, com 363 páginas, e um comentário sobre o “Código penal do Império do Brasil”, escrito por Cunha Azevedo, com 325 páginas. (AZEVEDO, 1851) Já a tipografia de Lemos e Silva abria suas portas para diversos tipos de publicação, inclusive folhetos populares.² A qualidade de seu trabalho de composição não era das melhores, como se vê pelos vários erros tipográficos presentes na edição de *Simá*. Um dos raros exemplares da primeira edição do romance, conservado na Biblioteca Guita e José Mindlin, na Universidade de São Paulo, traz diversas correções de erros, como a ausência da indicação de nota de rodapé, troca de letras, troca de palavras, diligentemente corrigidas a tinta, muito provavelmente pela mão do autor, que seria um dos poucos capazes de perceber, por exemplo, o local exato em que faltava a indicação de uma nota

1 O texto de Joaquim Manuel de Macedo publicado no *Anno Biographico* foi reproduzido no jornal *A Constituição*: órgão do partido conservador, de 8 de novembro de 1877, na coluna “Brasileiros Illustres”, pp. 1 e 2. Em ambas as publicações o título do romance é erroneamente grafado como *Limá – romance historico do Alto-Amazonas*.

2 Segundo Silva, ali se publicou o primeiro folheto de cordel de que se tem notícia: Testamento que faz um macaco especificando suas gentilezas, gaitices, sagacidade, etc. Recife: Tipografia de F. C. Lemos e Silva, 1865. (SILVA, 2010)

(AMAZONAS, 1857).

Mas as gralhas tipográficas não são o maior dos problemas do livro. Na verdade, seus grandes problemas são a concepção do enredo, o emprego da linguagem e o manejo da convenção romanesca.

O romance narra a história de uma família de índios, composta pelo pai Marcos e sua filha Delfina. Eles vivem em 1738 seguindo o modo de vida europeu em uma rica propriedade, na qual são servidos por criados e na qual trabalham numerosos empregados. Tudo vai bem até que recebem em casa um mercador que embriaga pai e filha, ao mesmo tempo em que seus serviçais embebedam todos os empregados da propriedade. No dia seguinte, Delfina desperta e estranha o fato de não se lembrar de ter ido para seu quarto. Seu pai ainda dorme, assim como todos os empregados. Ela caminha pela propriedade e descobre que haviam sido roubados pelo mercador, que desaparecera junto com os empregados que o acompanhavam. Quando o pai acorda percebe que o mercador armara um embuste, deixando sobre a mesa um punhado de moedas e um suposto contrato de venda das mercadorias que ele havia roubado. Percebe também que a filha trazia no pescoço um cordão de outro do qual pendia um anel sobre o qual estava incrustada uma lâmina. A filha não sabe explicar como aquela corrente foi parar em seu pescoço. Para evitar o vexame de ter sido ludibriado, Marcos põe fogo na propriedade e desaparece com a filha. No capítulo seguinte, ambientado em 1748, apresenta-se Simá, uma menina de nove anos que caminha para sua primeira comunhão numa igreja carmelita. O narrador interrompe a narrativa para apresentar as tensões entre indígenas e portugueses, fomentada por acordos entre Portugal e Espanha acerca dos limites de suas posses americanas, e para enfatizar o contraste entre os pérfidos jesuítas e os confiáveis carmelitas. Anos se passam e a ação avança para 1754, quando Simá já tem 15 anos e está prometida em casamento ao índio Domingos. Ela é assediada por Régis, o mercador que roubara Marcos (que agora usa o nome de Severo). Régis tornara-se Diretor de Índios e tinha grande autoridade. Embora Marcos reconheça o mercador, mantém-se em silêncio, mesmo quando percebe que ele assedia Simá. Novo avanço temporal, conduz a narrativa para em 1757, quando Régis e seu comparsa Loiola, aliados dos jesuítas e dos espanhóis, insuflam os índios contra os portugueses. Severo

e Domingos são aliados dos portugueses e dos carmelitas e se opõem à rebelião armada pelos dois. Simultaneamente, o apaixonado Régis e seu amigo Loiola planejam sequestrar Simá. Como resultado da revolta, os indígenas atacam Lamalonga e a incendiam. Simá é ferida e agoniza, quando Régis vê que ela traz no pescoço um cordão com um anel no qual há uma lâmina incrustada. Só então, Severo revela que Simá é, na verdade, sua neta (e não sua filha, como ela supunha até ali). Ela era filha de Régis, que havia abusado de sua mãe na noite em que embebedara a família. Simá morre em função de ferida que recebera, não sem antes perdoar seu pai Régis. Morrem também Régis e Marcos, pois o teto da igreja onde estavam desaba e eles são consumidos pelo fogo. Estaria aí o fundo histórico do romance, que teria por objetivo apresentar os verdadeiros motivos que levaram à revolução de Lamalonga de 1757, que, segundo Araújo Amazonas, era apresentada pela historiografia como sendo fruto da revolta de indígenas indignados pelo fato de um sacerdote ter pretendido separar um índio de sua amante.

Esse enredo, que pode parecer relativamente consistente depois de grande esforço feito para ordená-lo, é atravessado por inúmeras digressões (acerca da história, sobre o comportamento de portugueses e indígenas, sobre a ação de jesuítas e carmelitas), é atrapalhado pela intromissão de personagens sem serventia para o enredo, pelo desaparecimento de outros sem qualquer explicação, sem mencionar a duplicação de identidade de uma das personagens centrais (Marcos / Severo) e a falta de explicitação de elementos essenciais do enredo (o estupro de Delfina, a identidade de Simá, o silêncio de Marcos / Severo sobre essa identidade, o potencial incesto advindo da atração entre Régis e Simá). A compreensão do enredo é prejudicada também pela redação do texto, que torna impossível seguir frases intermináveis e incompletas, parágrafos que ocupam diversas páginas, diálogos em que não se pode saber quem fala.³

Os contemporâneos parecem ter percebido esses problemas já que o romance permaneceu em sua primeira edição e não recebeu sequer um comentário crítico na época, ao contrário do que aconteceu com o dicionário elaborado por Araújo Amazonas, sobre o qual há comentários na imprensa e em livros. Da mesma forma, o dicionário está presente em diversos acervos, mas o mesmo não acontece com o romance que sequer estava presente na Biblioteca Pública do Amazonas, onde, entretanto, havia um exemplar do

³ Para uma detalhada análise das inúmeras falhas de elaboração presentes em Simá, ver FURTADO, 2012.

dicionário.⁴ A única referência ao romance parece ter sido feita no *Anno Biographico Brasileiro* de 1876, em que se informa que dos “trabalhos e lidas [de Lourenço Araújo Amazonas], de seus exames e de suas lucubrações resultarão para a litteratura e historia da pátria: Lima [sic], romance histórico do Alto Amazonas, em que se apreciação principalmente algumas informações de costumes”. O erro no título (Lima por Simá) e a vaga menção ao retrato de costumes permitem supor que o responsável pelo verbete não conhecesse a obra ou que, se a conhecesse, não tivesse encontrado meios de elogiá-la. Já o dicionário é apresentado como “requisissimo, precioso, e de consulta indispensável para quem quer que se ponha á estudar a historia e a chorographia da província do Amazonas” – o que dá bem a dimensão da insignificância do comentário sobre *Simá*. (MACEDO, 1876)

Assim, tendo em vista a qualidade do texto e sua pequena difusão, não é difícil entender por que este romance permaneceu desconhecido. Mais difícil é entender por que voltou a ser publicado no século XXI e por que vendeu o suficiente para que dele se fizesse uma terceira edição pouco tempo depois.

2 Simá nos séculos XX e XXI

A trajetória do romance *Simá* rumo à sua incorporação à história da literatura do Amazonas parece ter se iniciado com o livro *Fatos da literatura amazonense*, de Mário Ypiranga Monteiro, publicado em Manaus, em 1976, pela Universidade do Amazonas, onde Monteiro era professor. Ele apresenta o romance como sendo “o primeiro romance amazonense que valorizou ao mesmo tempo o espírito nativista e o choque das culturas européia-amazoníndia” (MONTEIRO, 1976, p. 38) e afirma que “cronologicamente” é “o primeiro romance ruralista amazonense” (MONTEIRO, 1976, p. 176). Diz ter tomado conhecimento da existência deste romance por meio de um artigo publicado no *Jornal do Comercio de Manaus*, de 15 de agosto de 1923, por Agnello Bittencourt, que teria sido “o primeiro a lembrar o romance após sessenta e seis anos de esquecimento” (MONTEIRO, 1976, p. 176). O livro permaneceu no olvido por mais 53 anos, até que Ypiranga Monteiro saiu no encalço da obra, “inacessível a muitas gerações de intelectuais” e encontrou apenas três

4 Cf. BRAGA, 1957. A Biblioteca foi fundada em 1870. Nesse momento, talvez o romance de Amazonas já tivesse se tornado uma raridade bibliográfica. Entretanto, a biblioteca adquiriu (ou ganhou) um exemplar do *Dicionário Topográfico*, publicado em data anterior à do romance

exemplares: um em posse do dr. Artur Reis, que o teria tomado emprestado de Agnello Bittencourt, outro com o dr. Mário Barroso Ramos e o terceiro em posse da Biblioteca Nacional, onde Monteiro obteve uma fotocópia. O autor não faz longo comentário sobre a narrativa, mas deixa entrever seu desagrado ao dizer que Lourenço Amazonas “re-produziu uma série de histórias (fatos notórios), recoseu-as mais ou menos habilidosamente” e ao reclamar que o texto “se distancia do razoável pelo apego do autor ao depoimento individual, fazendo concorrência aberta às personagens” (MONTEIRO, 1976, p. 252) – o que talvez seja a maneira como Ypiranga percebeu as intermináveis falas do narrador sobre história e política. Entretanto, o que mais importa não parece ser a qualidade da obra e sim o fato de ela permitir erigir um marco inicial para prosa de ficção amazonense: “é a partir de Simá (1857) que a literatura ficcionista amazonense procura acomodar-se a uma orientação netamente regional”. (MONTEIRO, 1976, p. 181)

Escrito ao mesmo tempo que o livro de Ypiranga Monteiro, o trabalho de Márcio Souza – *A expressão amazonense – do colonialismo ao neocolonialismo* – foi publicado um ano depois, em 1977, em São Paulo, pela Editora Alfa Ômega. O romance de Lourenço Amazonas não é mencionado neste livro, o que demonstra sua raridade e desconhecimento nos meios intelectuais, como afirmara Ypiranga Monteiro. Embora nada diga sobre Simá, o livro de Márcio Souza também é importante para a compreensão da sobrevida do romance, pois ele contribuiu para a criação de um discurso a favor da “amazonidade”, que se perpetuará no final do século XX e entrará com força pelo XXI. Segundo ele, sobre a região pesaria uma “tradição de silêncio”, fruto da “insignificante participação do Amazonas na cultura nacional”, situação que cumpria reverter pela localização e estudo de obras literárias produzidas por amazonenses ou que tivessem a região como tema central. (SOUZA, 1977, pp. 27, 18 e XV). Estava dado o enquadramento necessário para a valorização do romance de Lourenço Amazonas.

Cinco anos depois, em 1982, o livro ganhou centralidade ao ser tomado como objeto de estudo em Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul por Neide Gondim, sob a orientação de Regina Zilberman

(GONDIM, 1982). A interlocução com os trabalhos de Mário Ypiranga e Márcio Souza está evidente já nos paratextos da Dissertação - na introdução a autora agradece (GONDIM, 1982). A interlocução com os trabalhos de Mário Ypiranga e Márcio Souza está evidente já nos paratextos da Dissertação - na introdução a autora agradece o primeiro pela oferta de fotocópias (provavelmente do romance *Simá*, sem edição disponível no momento) e na epígrafe cita trecho de Márcio Souza. Intitulada *A representação da conquista da Amazônia em Simá, Beiradão e Galvez e Imperador do Acre*, a Dissertação pretende compreender “a história da conquista da Amazônia” (GONDIM, 1982, p.1) por meio do estudo dos três romances mencionados no título do trabalho. A autora reconhece que, no romance *Simá*, “o prazer do texto é anulado pelos períodos longos, a má colocação das vírgulas, os inúmeros erros tipográficos e o uso de vocábulos hoje anacrônicos e mesmo incompreensíveis para o leitor contemporâneo” (GONDIM, 1982, p.70), mas o toma como objeto de análise tendo em vista considerá-lo como “o primeiro romance produzido na Amazônia” (GONDIM, 1982, p.2). A análise do texto ocupa um dos capítulos da Dissertação, que se centra na observação das relações entre índios e brancos com o propósito de desvendar o ponto de vista do romance sobre o sentido da colonização.

Dez anos depois, a autora preparou uma tese de Doutorado sobre a região, intitulada *A invenção da Amazônia*, defendida em 1992, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação de Fernando Segolin (GONDIM, 1992). Neste trabalho, o romance *Simá* aparece apenas em uma breve nota, em que o caráter primordial do romance é novamente afirmado, acrescentando-se, entretanto, um elemento que faria fortuna nos estudos posteriores: o fato de ser “possivelmente o primeiro na história literária brasileira a ter uma índia como personagem-título” (GONDIM, 1994, p.215). Este seria, assim, não apenas o primeiro romance sobre a região, uma obra em que se criticam os colonizadores europeus, mas também uma narrativa em que uma mulher é tão relevante a ponto de merecer dar título ao livro. A tese de Doutorado de Neide Gondim foi publicada em 1994, pela editora Marco Zero, de São Paulo, e a dissertação de Mestrado, em 1996, pela Universidade do Amazonas, onde ela era docente (GONDIM, 1996). A professora e seu trabalho tiveram relevância não apenas entre os intelectuais de Manaus, da Amazônia ou do Brasil. Por meio dela, ao menos dois estudos ingleses, preparados na década de 1980, abordaram o romance

Simá: o primeiro deles escrito por David Brookshaw (BROOKSHAW, 1988, pp. 129-134)⁵ e o segundo por David Treece (TREECE, 1987)⁶. Ambos citam explicitamente o contato com Neide Gondim e agradecem as informações e dados disponibilizados por ela. Certamente, não teriam conhecido o romance se ele não fosse objeto de estudo da dissertação de mestrado de Gondim, preparada ao mesmo tempo em que eles realizavam seus trabalhos. Ambos citam Ypiranga Monteiro e Márcio Souza e seguem a interpretação do primeiro sobre o lugar do livro na história da literatura. David Treece compartilha da ideia de que o livro é “uma produção genuinamente amazônica fruto de experiências e condições locais muito específicas. Consequentemente, não figura nas histórias da literatura brasileira do século XIX e apenas recentemente tem sido examinado em estudos críticos do indianismo brasileiro.”⁷

David Brookshaw considera que “o romance em si é construído de forma imperfeita e sofre de falhas técnicas, o que se poderia esperar de um autor que não era por vocação um escritor de ficção”⁸ (BROOKSHAW, 1988, p. 129). Como nos demais casos, seu propósito não é a análise da fatura romanesca e sim a consideração do romance como representação das relações entre índios e europeus, visando observar o processo de constituição de uma “identidade regional”⁹ (BROOKSHAW, 1988, p. 133).

Assim, ainda sem leitores no Brasil e sem edição acessível, o romance e um certo modo de entendê-lo tornou-se conhecido para os leitores de inglês por meio destes trabalhos, o primeiro publicado em 1988 e o segundo defendido como tese de doutorado em 1987 e publicado em 2000. O livro de Treece foi traduzido para o português em 2008 (TREECE, 2008), o que colaborou para chamar a atenção dos leitores brasileiros para o romance de Araújo Amazonas.

Desta forma, o pequeno mistério da sobrevivência do romance *Simá* começa a ser elucidado. Mencionado por intelectuais de renome e objeto de estudo em Dissertações e Teses, o romance ganhou vitalidade na cultura intelectual. Mas, até o início do século XXI, estes intelectuais tratavam de um romance que ninguém podia ler. Faltava, portanto, recolocá-lo em circulação. Isso foi feito em 2003, quando a editora Valer, de Manaus, em associação com o Governo do Estado do Amazonas, reeditou o romance depois de 146 anos.

5 Nos agradecimentos, Brookshaw menciona Neide Gondim e agradece Regina Zilberman (que, à época, orientava o trabalho de Gondim).

6 David Treece agradece a Neide Gondim “for bringing *Simá* to my attention and for providing me with a copy of her study of the novel”

7 Tradução livre de “a distinctly Amazonian product of very specific local experiences and conditions. Consequently, it does not figure in nineteenth-century histories of Brazilian literature and has only recently been examined in critical studies of Brazilian Indianism”.

8 Tradução livre de “the novel itself is imperfectly constructed and suffers from flaws in technique which one might expect from an author who was not by vocation a writer of creative fiction”.

9 Tradução de “regional identity”

Fundada em 1990, a Editora Valer tem propósitos semelhantes aos dos intelectuais que defendem a “amazonidade”. Segundo informação de sua página na internet, seu acervo concentra-se sobre produções da região e seu público alvo é o leitor amazonense. Ainda segundo sua página, a editora “relança as obras mais expressivas do pensamento amazônico, que estavam fora do mercado, e, ao mesmo tempo publica estudos sobre a realidade regional Amazônica”.¹⁰ Sendo também uma livraria, ela torna acessíveis aos leitores da cidade (e do mundo, por meio das vendas que faz pela internet) os livros que publica sobre a Amazônia, assim como os produzidos por outras editoras.

A proximidade entre os intelectuais e a editora não é apenas ideológica. Parte deles é membro do conselho editorial e por ela publica seus livros. Ali foi editada a segunda edição do livro de Neide Gondim, *A invenção da Amazônia* (2007). Ali também saiu a terceira edição do livro de Márcio Souza, *A Expressão Amazonense – do colonialismo ao neocolonialismo* (2009). Ambos faziam parte do conselho editorial que aprovou a publicação de Simá, como se vê nos créditos da edição de 2011 do romance. Esta edição traz uma série de paratextos que o inserem na discussão sobre a importância de se preservar esta narrativa do esquecimento promovido pela historiografia literária nacional. Assim principia a “Apresentação” de Neide Gondim ao romance, que se abre com a frase “a História da Literatura Brasileira não registra obras importantes do extremo norte do país, lançadas no século XIX. Essa omissão inicia-se com Simá” (AMAZONAS, 2011, p. 7). O posfácio, assinado pelo escritor Tenório Telles, que se apresenta como “membro da Academia Amazonense de Letras”, bate na mesma tecla, reivindicando para o romance de Lourenço Amazonas o lugar de “precursor” da “reflexão sobre a questão da construção da identidade nacional” (AMAZONAS, 2011, p. 307). Na orelha do livro, o professor da Universidade Federal do Amazonas Giancarlo Stefani, insiste uma vez mais na tópica da ancestralidade: “o primeiro romance amazônico foi publicado oito anos antes da edição de *Iracema*, de José de Alencar”.

Com uma tradição crítica interpretativa consolidada, com um lugar marcado como romance primordial e com uma edição moderna em circulação, a narrativa de Lourenço da Silva Araújo Amazonas despertou o interesse de diversos estudantes e professores

10 “Os dois empreendimentos [a livraria, inaugurada em 1980] surgiram para atender as necessidades latentes dos leitores amazonenses. Atualmente a Editora Valer concentra em seu acervo mais de 600 títulos em livros sobre a Amazônia. A Valer também relança as obras mais expressivas do pensamento amazônico, que estavam fora do mercado, e, ao mesmo tempo publica estudos sobre a realidade regional Amazônica e permite e consolida o surgimento de novos autores.” https://www.facebook.com/livrariavaler Manaus/info?tab=page_info. Acesso em 14 de março de 2015.

universitários que sobre ele preparam seus trabalhos (dissertações, artigos e comunicações em eventos) ou o mencionaram em capítulos introdutórios destinados a historiar a trajetória da ficção amazonense. Estes trabalhos não comentam os problemas de composição evidentes no romance, com exceção do estudo elaborado por Marlí Furtado, que compara *O Guarani e Simá* e conclui que este último desapareceu da vida cultural brasileira devido aos inúmeros problemas na fatura do texto. Os demais estudos repetem a tópica do apagamento da historiografia literária nacional, tomam o romance como marco inicial da literatura amazonense e destacam seu viés ideológico contrário à ação dos colonizadores europeus.

Está desvendado, assim, o pequeno mistério da sobrevivência de *Simá*. Para que ele chegasse ao século XXI, foi preciso um problema (a constituição de uma identidade amazônica), um grupo de intelectuais, um sistema de pós graduação em expansão, o apoio do governo do Estado, bem como o interesse ideológico e comercial de uma editora e livraria.

Mas, como todo bom mistério, este tem um lado obscuro: a ocultação de uma série de elementos que tornou possível criar a ideia de uma literatura amazônica e de um romance primordial.

3 Nação e região

A concepção de que *Simá* seja o marco inicial da ficção amazonense e de que tenha sido injustamente excluído da história literária nacional apresenta vários problemas.

A suposição de que Lourenço da Silva Araújo Amazonas fosse um legítimo porta voz da região e ali tivesse permanecido por longo tempo não resiste a uma pesquisa mais minuciosa. Nos últimos anos, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tem empreendido esforço em digitalizar periódicos publicados no Brasil desde o início do século XIX, tornando possível realizar buscas por palavra chave.¹¹ A consulta a esses periódicos permite um conhecimento sobre a trajetória de Lourenço Araújo Amazonas muito diverso do que está assentado na bibliografia disponível.

As notícias sobre ele começam em 1825, quando Portugal ainda não havia reconhecido a independência do Brasil. Aos 22 anos, já era marinheiro e atuava como

11 Ver memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx

“voluntário d’armada nacional e imperial” navegando entre Pernambuco e Rio de Janeiro, segundo informa o *Império do Brasil: Diário Fluminense*, de 20 de junho de 1825. Dois anos depois, era segundo tenente do “corpo da armada nacional e Imperial”, segundo o *Almanach do Rio de Janeiro*, de 1827. Na década de 1830, passou praticamente todo o tempo embarcado, navegando, entre o Maranhão, a Bahia, o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, como se vê em informes publicadas no jornal *Império do Brasil*. Diversas notícias publicadas pelo *Diário do Rio de Janeiro*, na década de 1840, avisam sobre sua presença no Rio de Janeiro e sobre a existência de correspondência à sua espera nos correios da cidade, onde possivelmente ele ou sua família morasse. A hipótese de que seus familiares vivessem no Rio de Janeiro se reforça com um informe, publicado em 20 de dezembro de 1845, no *Diário do Rio de Janeiro*, segundo a qual o estudante Joaquim da Silva Araújo Amazonas (talvez seu filho, talvez seu irmão) destacava-se na arte do desenho – “especial menção pelo grande adiantamento que mostrarão em dezenho, desempenhando a copia de bellos quadros”.

Na década de 1840, o *Diário do Rio de Janeiro* noticia suas viagens a bordo do navio de guerra que fazia o trajeto Rio de Janeiro – Maceió – Pernambuco e, na mesma época, já como comandante de navio, o trecho Rio de Janeiro – Montevideu. No início da década de 1850, sua família vivia na Bahia e para lá deveria ser enviado seu salário, segundo adverte o *Diário do Rio de Janeiro* de 21 de março de 1851. Nessa década, suas navegações concentram-se entre o Rio de Janeiro e Lisboa, passando por Recife, Madeira e S. Vicente, conforme se vê em anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*.

Em 1855, provavelmente sua família se mudou para o Recife, onde deve ter montado casa, tendo em vista a notícia publicada no jornal *Diário de Pernambuco*, de 18 de janeiro de 1855, segundo a qual recebera “2 camas, 1 toalhete, 1 lavatorio, 2 moxos (sic), 1 piano, 2 caixões com objectos de cozinha (sic)”, transportadas pelo “Hiate nacional *Amelia*, vindo da Bahia”. Nesse momento, ele já havia publicado seu *Diccionari topographico, histórico, e descriptivo*, sem que uma palavra houvesse na imprensa sobre sua estadia no Amazonas. O *dicionário*, entretanto, era conhecido e bem avaliado, já que foi um dos elementos levados em consideração pela Companhia de Vapores Pernambuco, que o convidou para ali trabalhar em 1854, afim de que ele

organizasse “navegação de cabotagem desde Alagoas até o Ceará”, conforme *O Liberal de Pernambuco*, de 9 de outubro de 1854. Segundo o jornal, a escolha da Companhia havia sido acertada, uma vez que a publicação do dicionário “havia creado a reputação de escriptor” e colocara seu nome “no catalogo dos escriptores, que teem concorrido com o seu contingente para realçar a historia do Brasil.” A resposta de Lourenço Amazonas ao convite da Companhia de Navegação não foi imediata, pois ele encontrava-se “nessa época em Inglaterra em commissão do governo”, como se vê em relatório da Companhia de Vapores Pernambucana aos acionistas, publicado no *Diário de Pernambuco*, em 1 de fevereiro de 1855. Assim que obteve licença, regressou ao Brasil, tornando-se “encarregado de visitar os portos intermedios para o Sul, e os situados ao Norte”. A primeira referência na imprensa à sua estadia no norte do país aparece neste relatório da Companhia de Navegação, publicado em 1855, informando que já havia recebido relatos de Lourenço Amazonas sobre a situação dos portos do Sul e aguardava notícias sobre os demais portos, pois ele não os havia enviado, “por se achar ainda occupado na exploração dos portos do Norte”. No mesmo ano de 1855, recebeu da Companhia o convite para tornar-se gerente, tendo em vista “seu conhecimento da costa do Brasil, desde Santa Catharina até o Pará”, segundo documento da Companhia publicado no *Diário de Pernambuco* de 21 de fevereiro de 1855. Aceito o convite, Lourenço Amazonas instalou-se no Recife.

Neste mesmo ano e cidade, fez publicar *Simá*, pela Tipografia de Lemos e Silva. Nesta época, a imprensa noticiava sua viagem para a corte e sua participação na oitava sessão do Instituto Histórico e Geográfico no Rio de Janeiro, “a que assistio S.M.I.”, segundo o *Correio Mercantil*, de 13 de setembro de 1857. Para esta reunião, a “presidência do Ceará” remeteu “alguns documentos sobre a história do Brasil”, João Manoel Pereira da Silva ofertou oito obras, e “foi também offerecido pelo Sr. Dr. Lourenço da Silva Araujo Amazonas um exemplar impresso do seu romance historico do Alto Amazonas, intitulado *Simá*”. Na mesma sessão, “o Sr. Dr. Filgueiras propõe [Lourenço Amazonas] para socio correspondente”, o que só foi aprovado em junho de 1859, em sessão que também contou com a “augusta presença de Sua Magestade Imperial”, como informou o *Correio Mercantil* de 5 de junho de 1859.

No ano de 1858, ele voltou à carreira militar, como Capitão de mar e guerra, o que o conduziu a uma estadia no Havre (França), onde, no final do ano, participou na organização “um esplendido banquete aos principaes representantes da autoridade no Havre”, ao qual compareceram não apenas diversas autoridades, mas também “alguns brasileiros vindos de Paris”. Segundo matéria publicada no 4 de janeiro de 1859, no *Correio Mercantil*, o banquete, ocorrido em 2 de dezembro, homenageava o aniversário do imperador, que também foi celebrado em Paris, com diversas festas, “como se fôra um dia de gala ao mesmo tempo nacional e internacional”, já que 2 de dezembro era também o dia em que fora proclamado, em 1852, o Segundo Império Francês por Luís Bonaparte. Durante os festejos houve “toasts” ao imperador Pedro II e ao imperador Napoleão III e discursos feitos por autoridades francesas sobre “as magnificencias da natureza physica do Brasil” e votos “á sua prosperidade e á extensão de suas relações commerciaes comnosco” (franceses). De volta ao Brasil, segundo o *Correio Mercantil* de 5 de junho de 1861, Lourenço Amazonas tornou-se “inspector do arsenal de marinha da provincia da Bahia”, onde fixou residência até sua morte, em 1864.

Quando morreu, aos 61 anos, deixou um manuscrito de um “Diccionario Tupico-Portuguez”, que foi oferecido por sua família ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A obra foi mal avaliada, em 1866, por Braz da Costa Rubim, parecerista encarregado pelo Instituto de examinar o manuscrito. Mas, anos depois, foi fortemente elogiado por Ramiz Galvão que o considerou “mais amplo do que o *Diccionario da lingua tupy* de Gonçalves Dias” (GALVÃO, 1881), o que não é pequeno elogio.

Como se vê, a imprensa da época pouco informa sobre sua permanência na Amazônia, sobre as condições em que conheceu a região e sobre o período em que recolheu informações tanto para o *Diccionario topographico, histórico, e descriptivo* quanto para o romance *Simá* – ainda que a imprensa informe sobre coisas tão insignificantes quanto o desempenho escolar de um parente ou o local para onde deveria ser enviado seu ordenado.

Na primeira vez em que seu nome foi mencionado na imprensa, em 1825, ele já era referido como Lourenço da Silva Araújo e **Amazonas**. Não se sabe se ele adotou esse

sobrenome no momento da independência, como o fizeram tantos outros que tomaram para si nomes indígenas, designações de árvores ou de pássaros brasileiros.¹² Se o fez talvez sua família fosse de origem amazônica ou talvez ele já admirasse a região, mas certamente não foi uma “homenagem daquele estudioso à terra onde desempenhou funções oficiais”, como supôs Mário Ypiranga Monteiro (MONTEIRO, 1976, p. 177), já que, em 1825, ele era um jovem de apenas 22 anos e atuava como “voluntário d’armada nacional e imperial”.

Sua vinculação principal parece ser com a Bahia e com Pernambuco, onde fixou residência por longos períodos. Entretanto, como membro da Marinha, passou a maior parte da vida navegando pela costa do Brasil, fez viagens a Portugal, Inglaterra e França, na maior parte do tempo atuando em “comissão do governo”. Sua preocupação, como era próprio à sua época, parece ser nacional e não regional. Assim é que esteve envolvido em iniciativas militares e comerciais para consolidação do território brasileiro, como em seu envolvimento na Guerra do Prata e em sua atuação para estabelecer a navegabilidade costeira de norte a sul, “desde Santa Catharina até o Pará”. Realizou esforços para consolidação do conhecimento sobre o país e do sentimento de nacionalidade, sendo valorizado por seus contemporâneos como alguém que contribuiu para “realçar a história do Brasil”. Sua preocupação com a nação é evidente também em seu interesse em atuar como correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em Pernambuco e no Mato Grosso, bem em trabalhar junto do corpo diplomático brasileiro em Paris na organização de festejo comemorativo do dia natalício do imperador.

No contexto de todas essas atividades é que deve ser entendida sua preocupação em publicar trabalhos sobre indígenas do Norte. O fato de ele ter oferecido o romance *Simá* ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na presença do Imperador, poucos meses após sua publicação, permite supor que ele acreditava que aquela obra contribuiria para a consolidar a nação e não uma de suas regiões. Assim foi compreendido seu esforço por parte dos homens de letras de sua época, como se vê em matéria publicada pela *Revista Guanabara* de 2 de dezembro de 1854, na qual o autor comenta:

12 Ver, por exemplo, interessante anúncio publicado na *Gazeta Pernambucana*, de 27 de novembro de 1822, que indica os novos nomes adotados, como, por exemplo, “Evaristo Teixeira de Sousa previne ao público que não será mais a sua firma Teixeira de Sousa, mas sim Evaristo José Gabiroga [sic]”; “O Padre João Evangelista Leal, como já preveniu o público, acrescentou ao seu nome o de Piriquito [sic]” etc. *Gazeta Pernambucana*, de 27 de novembro de 1822. Apud. LOURENÇO, 2010. O tema da mudança de sobrenomes foi tratado também por AlenCastro, 1999.

“é assim, com o trabalho de muitos homens, com o seu amor pela pátria, que as nações chegam a possuir uma literatura, que a nossa ainda está muito verde (...) Somos ainda colonos da França, e mais depressa queremos ler as impressões de qualquer dos seus proscritos, ou um romance da cética, perigosa e talentosa Sand, do que o novo Dicionário do Alto Amazonas, ou a Revista do Instituto Histórico.” (Apud ANDRADE, 2008, p. 262)

A publicação do *Diccionario topographico, histórico, e descriptivo* (e, possivelmente a do romance *Simá*, que ocorreria anos depois) foi entendida como contribuição para a literatura brasileira, cujo maior adversário, no momento, parecia ser a literatura francesa, que tanto interesse despertava.

A produção de Lourenço Amazonas era conhecida pelos principais homens de letras da época, que se reuniam no IHGB ou em torno a publicações como a *Revista Guanabara*. Portanto, seu romance deixou de ser incorporado às histórias literárias nacionais, muito provavelmente, em função dos graves problemas de elaboração de que padece e não por um deliberado silenciamento das produções do Norte. Pelo mesmo motivo, como bem observa Marli Furtado, não passou da primeira edição, tendo tido que aguardar o aparecimento de questões regionalistas, surgidas quando a ideia de nação e o sentimento nacional estavam já consolidados, para voltar aos prelos e às prateleiras das livrarias.

Conclusão

Transformar o romance *Simá* em marco inicial da literatura amazonense participa da mesma lógica que erigiu a carta de Caminha em marco fundador da literatura brasileira. Assim como Lourenço Amazonas nada tinha de amazonense, Caminha evidentemente não era brasileiro e pouco viu do Brasil, mas a publicação de sua carta – que, efetivamente, só ocorreu em 1817 (CASAL, 1817) – teve papel importante na criação da ideia de que a nação brasileira e sua literatura começaram em 1500. Da mesma forma, as iniciativas realizadas no século XX para publicação e venda de livros de temática amazonense, com apoio do governo do Estado, equivalem ao que foi feito por editoras e revistas do Rio de Janeiro, no século XIX,

que favoreceram a publicação de obras escritas por brasileiros e com temática nacional, algumas das quais sob os auspícios do imperador – que patrocinou, entre outros, Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, cuja missão era transformar a figura do índio em símbolo do país.

No século XIX, era preciso criar uma nacionalidade brasileira, para a qual a existência de uma literatura e uma história próprias era essencial. Na segunda metade do século XX, era preciso criar uma identidade amazônica e reivindicar sua importância no cenário nacional; para isso era essencial forjar uma história e uma literatura próprias. Hoje já podemos questionar essas construções e prescindir de ficções historiográficas sobre a origem da literatura, seja ela nacional, seja regional. Podemos entender que o livro de Lourenço Amazonas não teve importância nem para a cultura nacional nem para a regional. E podemos deixar de ler Simá, um romance ruim como poucos.

Referências

ALENCASTRO, Luis Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. *História da Vida Privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Diccionario topographico, histórico, e descriptivo da comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852. Disponível em <http://babel.hathitrust.org/cgi/ptid=coo.31924020008623;view=lup;seq=287;size=75>. Acesso em 01 de abril de 2015.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. “Memória sobre uma marinhagem de guerra para guarnição da armada imperial”. *Jornal do Commercio*, fevereiro de 1854.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Simá – romance histórico do alto amazonas*. Manaus: Editora Valer, 3ª edição, 2011.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Simá – romance histórico do alto amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2ª edição, 2003.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Simá – romance histórico do alto amazonas*. Recife: Tipografia de F. C. Lemos e Silva, 1857.

ANDRADE, Débora ElJaick. "A *árvore e o fruto*": a promoção dos intelectuais no século XIX. Niterói: Programa de Pós-graduação em História, 2008. AZEVEDO, Manoel Alves da Cunha Azevedo. *O Código penal do Império do Brasil, com observações sobre alguns de seus artigos*. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1851. 325 p.

BRAGA, Genesino. "Nascença e vivência da Biblioteca do Amazonas". Belém, 1957. Disponível em: www.portalentreteextos.com.br/livros-online-dw.html. Acesso em 3 de março de 2015.

BROOKSHAW, David. *Paradise Betrayed: Brazilian Literature of the Indian*. Amsterdam: CEDLA, 1988.

CASAL, Padre Manuel Aires de. *Corografia Brasilica*, Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

FURTADO, Marlí Tereza. *O Guarani e Simá: propostas para o romance brasileiro à escolha do leitor*". XIII Encontro da ABRALIC Internacionalização do Regional. 10 a 12 de outubro de 2012 UEPB/UFPG - Campina Grande, PB. Disponível em www.editorarealize.com.br/revistas/abralictrabalhos/43381cc6146bab0ac06da6ffcf9406e7_432_206.pdf. Acesso em 3 de março de 2015.

GALVÃO, Ramiz. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1880-1881*, vol. 9, tomo 2, Rio de Janeiro, Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1881.

GONDIM, Neide Gondim de Freitas Pinto. *A representação da conquista da Amazônia em Simá, Beiradão e Galvez e Imperador do Acre*. Diss. (Mestrado em Letras)-PUCRS, Inst. de Letras e Artes, 1982, 135 f. Orientação Regina Zilberman.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo, SP: Marco Zero, 1994.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992, 193 f. Orientação Fernando Segolin.

GONDIM, Neide. *Simá, Beiradão e Galvez, imperador do Acre: ficção e história*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

LOURENÇO, Jaqueline. *Um espelho brasileiro: visões sobre os povos indígenas e a construção de uma simbologia nacional no Brasil (1808 - 1831)*. Dissertação de Mestrado em História Social. USP, 2010.

MACEDO, Joaquim Manuel de. "19 DE OUTUBRO", *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico. Terceiro Volume, 1876.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Fatos da literatura amazonense*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1976.

QUEIROZ, Amilton e LIMA, Simone. "Simá: o (não) lugar da ficção amazônica na historiografia do romance brasileiro". XI Congresso Internacional da ABRALIC- *Tessituras, Interações, Convergências*. 13 a 17 de julho de 2008 USP - São Paulo, Brasil. Disponível em www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/ABralic2008AMILTON_QUEIROZ.pdf. Acesso em 1 de março de 2015.

SILVA, Vera Lúcia de Luna e. "Primórdios da Literatura de Cordel no Brasil - um folheto de 1865". *Graphos*. João Pessoa, Vol. 12, n. 2, Dez./2010, p. 74-80.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense - do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado- Nação Imperial*. São Paulo: Nankin Editorial /Edusp, 2008.

TREECE, David. *Exiles, Allies, Rebels: Brazil's Indianist Movement, Indigenist Politics and the Imperial Nation-State*, Westport, Connecticut, London: Greenwood Press, 2000.

TREECE, David. *The Indian in Brazilian Literature and Ideas (1500-1945)*. Tese de Doutorado. University of Liverpool, 1987.